



VIA: *CÂMARA MUNICIPAL*

LEI Nº 184 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

Estima a Receita e fixa a despesa do Município de **PORTO REAL DO COLÉGIO**, Alagoas, para o exercício financeiro de 2019.

O Prefeito do Município de **PORTO REAL DO COLÉGIO**, Estado de Alagoas. Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima Receita e fixa a Despesa do Município de **PORTO REAL DO COLÉGIO**, Alagoas, para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

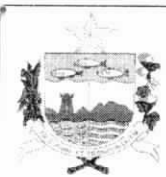
I - O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como seus fundos.

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita Orçamentária Líquida fica estimada em **R\$ 63.713.868,21** (sessenta e três milhões, setecentos e treze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos), será realizada mediante a arrecadação de tributos municipais e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	55.578.117,28
Tributária	2.000.159,06
Contribuições	57.785,61
Patrimonial	344.801,04



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Transferências Correntes	53.175.371,57
RECEITAS DE CAPITAL	8.135.750,93
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	123.379,82
Transferências de Capital	8.012.371,11
DEDUÇÕES DE RECEITAS	5.246.752,34
TOTAL	R\$ 63.713.868,21

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º - A Despesa Orçamentária está fixada em igual valor da receita, discriminando-se da seguinte forma:

I – Por Natureza da Despesa

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	45.834.391,17
Pessoal e Encargos Sociais	28.521.973,39
Juros e Encargos da Dívida	111.041,85
Outras Despesas Correntes	17.201375,93
DESPESAS DE CAPITAL	17.817.313,12
Investimentos	16.897.160,53
Inversões Financeiras	373.373,96
Amortização da Dívida	546.778,63
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	62.163,92
TOTAL	R\$ 63.713.868,21

Parágrafo 1º - A Despesa será realizada à conta das dotações consignadas nas respectivas rubricas das Unidades Orçamentárias em anexo a esta Lei.

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa inicial fixada, nos termos do Art. 43 da Lei Federal 4.320/1964, mediante a utilização de recursos provenientes:

- I – do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II – de excesso de arrecadação de receitas orçamentárias;



ESTADO DE ALAGOAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL DO
COLÉGIO**

III – da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – do produto de operações de créditos autorizados, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e,

V – da Reserva de Contingência.

Art. 5.º Os créditos adicionais especiais, que por ventura venham a ser abertos durante o exercício, aumentando o valor da despesa fixada, servirá de base de cálculo das suplementações mencionadas no Art. anterior.

Art. 6º - Durante o exercício de 2019 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei ou em seus créditos adicionais, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 7º São partes integrantes da presente Lei, os anexos da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019.

ALDO ÊNIO BORGES
Prefeito